



AO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Referência: Pregão Eletrônico nº 23/2019
Processo e-PAD nº 35898/2019

Assunto: Recurso Administrativo

SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, por intermédio de seu representante legal, em tempo hábil, com fundamento no artigo 109, inciso I, alínea “f” da Lei nº 8.666/93; e 4, inc. XVIII, da Lei 10.520/2002, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que a desclassificou, aduzindo, para tanto, as razões abaixo delineadas.

I. DA SÍNTESE FÁTICA e DO MÉRITO

Após a SANTA FÉ ser declarada vencedora do certame, a licitante CONSERVADORA CAMPOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELI interpôs Recurso Administrativo hierárquico em 20/08/2020, alegando em síntese que *“numa tentativa pífia de tentar fazer valer utilização da **CCT SINTAPPI/MG x SINSETHT/MG** a licitante Recorrida alterou seu contrato social em maio de 2020, para inserir ‘recursos humanos’ em suas atividades econômicas, como se*



essa simples alteração documental tivesse o condão de alterar a realidade de sua atividade econômica” (doc. n. 35898-2019-229).

A alegação, mesmo que contrária ao parecer jurídico do órgão, foi convalidada, após a realização de diligências que não apresentam coerência com a definição de categoria preponderante. Até porque o conceito de categoria preponderante não se trata de definir apenas o número de funcionários ou contratos, como será demonstrado a seguir.

A Santa Fé apresentou em sua documentação de habilitação a 12ª Alteração Contratual, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG em 15/05/2020, na qual consta seu objeto social como:

“fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e controle de pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e lavagem e higienização de reservatórios de água e esgoto, portaria, recepção, vigia, continuo, copeiras, motorista, ascensorista, manobrista, apoio administrativo, serviços de apoio a secretaria, atendente, trabalhador braçal e auxiliar administrativo, limpeza e desinfecção hospitalar, jardinagem e manutenção predial” - grifamos.

Do mesmo modo, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa - CNPJ consta que sua atividade econômica principal é Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, CNAE 78.30-2-00, compatível com a última alteração de seu ato constitutivo.

Na GFIP enviada pela licitante com a finalidade de confirmar o percentual da FAP, também fica demonstrado que a atividade preponderante da empresa é a acima descrita (CNAE 7830200). O parágrafo único da Cláusula Trigésima da CCT SINSEHT/SINTAPPI, utilizada pela SANTA FÉ para a composição dos preços, dispõe que **“Esta convenção coletiva de trabalho se aplica as *empresas de prestação de serviços terceirizados de acordo com a Lei 13.467/17, bem como aos trabalhadores por ela contratados para prestar serviços a terceiros*”.**



O mesmo instrumento coletivo menciona, na Cláusula Vigésima Sexta, que, *"nos termos da legislação sindical, o SINSEHT-MG é o órgão de representação da categoria econômica das empresas de prestação de serviços em recursos humanos, trabalho temporário e terceirizado, ou seja, todas as empresas que executam em todo o estado de Minas Gerais, que se enquadram nos Grupos e Subgrupos dos CNAE's, 781 / 782 e 783"*.

Portanto, não procede a alegação de que *"no caso em tela o que se tem é a utilização de CCT de categoria totalmente alheia ao CNAE principal e ao próprio objeto social da licitante vencedora"*.

É muito importante citar que a alteração contratual da empresa Santa Fé Serviços Eireli, que modificou seu objeto social e sua atividade econômica preponderante, se deu antes, 15/05/2020, da data de abertura da licitação, ocorrida em 09/06/2020, e antes da apresentação da proposta. Assim, não há que se falar em burla às normas constantes do edital de licitação.

a) CATEGORIA PREPONDERANTE

A organização de entidades por categorias econômicas e profissionais e a unicidade são os princípios básicos do sindicalismo brasileiro. Nos termos do art. 511 da Consolidação das Leis do Trabalho, a solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica. A cada categoria econômica corresponde a paritária categoria profissional, sendo a simetria uma das características do nosso sistema.

A categoria profissional diferenciada é exceção à regra, se formando a partir dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares. Estão nesta situação, dentre outros, os motoristas,



desenhistas e secretárias. Estes empregados, qualquer que seja a atividade da empresa, estarão sempre ligados ao sindicato da categoria e não à entidade que representa os demais empregados.

A atividade exercida pelo Recorrente não se enquadra nesta situação de categorias diferenciadas, porém outras tantas características, como igualmente a atividade preponderante da empresa, ensejam a conclusão de que suas relações de emprego estão vinculadas a CCT SINSEHT/SINTAPPI.

O objeto social da empresa é claro, expressa detidamente todas as atividades executadas pela Recorrente, *verbis*:

“fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e controle de pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e lavagem e higienização de reservatórios de água e esgoto, portaria, recepção, vigia, continuo, copeiras, motorista, ascensorista, manobrista, apoio administrativo, serviços de apoio a secretaria, atendente, trabalhador braçal e auxiliar administrativo, limpeza e desinfecção hospitalar, jardinagem e manutenção predial” - grifamos.

Da simples leitura do contrato social percebe-se hialinamente que a principal atividade da empresa Recorrente, trata de atribuições relacionadas à FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS.

A empresa que apresenta fidúcia em mais de um ramo, deve enquadrar os seus funcionários na Convenção Coletiva relacionada à sua atividade preponderante. **Atividade preponderante é a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades converjam exclusivamente em regime de conexão funcional, conforme descreve o artigo 581 da CLT.**



A atividade econômica desenvolvida, portanto, permitirá a identificação da vinculação sindical adequada do prestador. No presente caso, a SANTA FÉ apesar de contratar profissionais de limpeza, o objeto do contrato e a finalidade da empresa é a gestão de recursos humanos para terceiros.

Portanto, diante destes fatos, a Convenção Coletiva aplicável a categoria vinculada a SANTA FÉ é a do SINDICATO DAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM RECURSOS HUMANOS E TRABALHO TEMPORÁRIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS – SINSEHT-MG. Conforme determina sua Cláusula Segunda, verbis:

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Empregados em empresas de assessorias, perícias, informações, pesquisas das Empresas de Prestação de Serviços em Recursos Humanos e Trabalho Temporário, com abrangência territorial em todo Estado de Minas Gerais exceto na cidade de Uberlândia/MG.

Como a razão social da empresa e a própria atividade relaciona-se com a gestão de recursos humanos e trabalho temporário, não há de falar na aplicação do Convencionado pelo SEAC/MG. Esta convenção abrange apenas as empresas de asseio e conservação, o que evidentemente não é o caso.

A atividade da empresa SANTA FÉ tem por finalidade a gestão de recurso humanos em várias atividades, inclusive com administração de trabalhadores temporários. As demais atividades, ainda que haja contratação de funcionários da área de limpeza, são oriundas de contratos com esta finalidade.

A discussão relacionada ao número de funcionários, objeto da diligência realizada, é totalmente inoportuna. A empresa trabalha com contratos obtidos em licitações públicas, o número de funcionário oscilará de acordo com os contratos assinados, não tendo qualquer ligação com o conceito de atividade preponderante.



Tanto é assim que a empresa realiza gestão de vários funcionários de ramos diferentes, não sendo o seu foco o asseio e conservação. A gestão de recurso humanos feita pela SANTA FÉ conta com 957 (novecentos e cinquenta e sete) funcionários, distribuídos entre recepcionistas, porteiro, copeiro, auxiliar administrativo e também serventes de limpeza.

Há que se ressaltar, ainda, que a Administração deste Regional já se manifestou sobre o assunto em tela, no âmbito do e-PAD 18.144/2020, que cuida da Notificação Extrajudicial apresentada pelo SEAC/MG, publicada para conhecimento dos interessados no site institucional do TRT3, juntamente da documentação relativa a este PE 23/2019. Segue trecho do parecer exarado pela **Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos deste Regional, acolhido pela Diretora-Geral** :

“No caso em apreço, de forma escoreita, este Regional, para obtenção do valor de referência da licitação, valeu-se de determinadas Convenções Coletivas de Trabalho, sendo certo, todavia, que tais CCT's não são de utilização obrigatória pelas licitantes, **vez que não cabe à Administração determinar a utilização de Convenção Coletiva de Trabalho de sindicato que porventura a empresa licitante não seja vinculada, porquanto a denominação de sua atividade econômica pode ser diversa da estabelecida na CCT indicada pela Administração.** Por certo, tal como expresso no acórdão supracitado, quem define a CCT aplicável à determinada atividade é a própria Lei. Conforme indicado no art. 511 e nos artigos 570 e seguintes da CLT a associação profissional é indicada pela respectiva atividade econômica da empresa ao qual trabalha, a qual é inerente à atividade preponderante desta nos casos em que a atividade econômica for mista. Vê-se, assim, que não é uma escolha de livre vontade da empresa a filiação a certo sindicato. E dizer: a filiação a determinado sindicato não configura mero alvedrio das empresas. E, uma vez configurando-se novo enquadramento sindical, a ela segue-se o de seus empregados com todos os efeitos decorrentes, porquanto a regra, repise-se, é a de que este é definido segundo a atividade preponderante da empresa, salvo quando se tratar de categoria profissional diferenciada. Em assim sendo, e tendo **havido a alteração do Contrato Social da Empresa, lícito será o seu reenquadramento sindical**”.

A Secretaria de Apoio Administrativo, unidade demandante, instada a se manifestar acerca do presente recurso (doc. 35898-2019-232),



reportou-se ao entendimento esposado pela Administração, acima citado. Vale reiterar, ainda, a menção ao parágrafo único da Cláusula Trigésima da CCT SINSEHT/SINTAPPI, segundo a qual *"Esta convenção coletiva de trabalho se aplica as empresas de prestação de serviços terceirizados de acordo com a Lei 13.467/17, bem como aos trabalhadores por ela contratados para prestar serviços a terceiros"*.

Assim, não resta dúvida de que o instrumento coletivo combatido nesta licitação, aplica-se tanto à empresa SANTA FÉ, cuja atividade preponderante é o fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, quanto aos trabalhadores por ela contratados para prestar estes serviços.

Este entendimento é pacificado pelo Tribunal Superior do Trabalho

– TST:

RECURSO DE REVISTA DA CELPE E DA ITRON. MATÉRIA COMUM. ANÁLISE CONJUNTA. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE FIM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. A atividade desempenhada pelo reclamante como eletricitista configura-se como atividade fim da tomadora de serviços, porquanto essencial à manutenção da própria atividade de empresa concessionária de energia elétrica. Incidência da Súmula 331, I, do TST. Recursos de revista não conhecidos. RECURSO DE REVISTA DA CELPE. ENQUADRAMENTO SINDICAL. **Prevalece o critério da atividade econômica preponderante da empresa, salvo os casos de categoria profissional diferenciada ou de profissional liberal. Embora o enquadramento sindical do trabalhador decorra, em regra, da atividade preponderante do empregador, o caso dos autos é de terceirização de serviço integrante da atividade fim da concessionária de energia elétrica, configurando intermediação de mão de obra fraudulenta. No caso em tela, o reclamante não pertencia à categoria diferenciada. Por esse motivo, seu contrato de trabalho vigeu sob a égide das normas coletivas firmadas pelo sindicato relacionado à atividade fim da tomadora dos serviços, tendo em vista que desenvolvia funções típicas e exclusivas dos eletricitários. Assim, a decisão recorrida encontra-se em consonância com o princípio da primazia da realidade.** Recurso de revista não conhecido. RECURSO DE REVISTA DA ITRON. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. Por não existir tese Regional acerca da responsabilização solidária da ITRON, a análise do recurso encontra óbice na Súmula 297 do TST. Recurso de revista não conhecido. (TST - RR: 4216520125060102, Relator: Augusto César Leite



de Carvalho, Data de Julgamento: 22/10/2014, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/10/2014)

O entendimento do TST é expresso no sentido de que em casos de enquadramento sindical deve-se levar em consideração a atividade preponderante da empresa, no caso por se tratar da sua atividade finalística a gestão e fornecimento de recurso humanos, não há dúvidas sobre a aplicação da CCT SINSEHT/SINTAPPI.

b) ESCLARECIMENTO VINCULANTE

O Sr. Pregoeiro prestou esclarecimentos, “esclarecimento de nº 2”, no qual informou que as empresas poderiam, sim, adotar o sindicato pertencente ao seu ramo de atividade, devendo para tanto apresentar documento que comprove o código CNAE da atividade preponderante:

Qual o sindicato utilizado pela atual prestadora dos serviços? A empresa vencedora poderá adotar o sindicato pertencente ao seu ramo de atividade?

O Sindicato Patronal utilizado pelas atuais Contratadas é o Sindicato das Empresas de Asseio Conservação do Estado de Minas Gerais (CNPJ: 16.844.557/0001-49). A empresa vencedora **poderá, sim, adotar o sindicato pertencente ao seu ramo de atividade, devendo para tanto apresentar documento que comprove o código CNAE da atividade preponderante, nos termos do subitem 19.4.3.4 do Termo de Referência.**

O ESCLARECIMENTO detém efeito vinculante. Ora, se houve a resposta no sentido apresentado, a empresa está resguardada e pode confeccionar sua proposta diante do esclarecimento.

Tanto é assim que a SANTA FÉ apresentou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa – CNPJ, no qual consta que sua atividade econômica principal é FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA



TERCEIROS, CNAE 78.30-2-00, justamente o que se refere a CCT apresentada em sua proposta.

O esclarecimento passa a fazer parte integrante do procedimento licitatório, não podendo ser alterado no decorrer da licitação. Esta questão é pacificada perante o Superior Tribunal de Justiça, guardião da Lei Federal de Regência:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. OBRAS PARA A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO. FALTA DE MOTIVAÇÃO DO ATO EMANADO DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. DECADÊNCIA DO DIREITO DE IMPUGNAR O EDITAL. LITISPENDÊNCIA. PRELIMINARES AFASTADAS. RECURSO ADMINISTRATIVO PROVIDO PARA INABILITAR O CONSÓRCIO FORMADO PELAS IMPETRANTES. INOBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE REGÊNCIA DA LICITAÇÃO EM COMENTO. ESCLARECIMENTOS PRESTADOS PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO EM COMPLEMENTO AO EDITAL 2/2007. CARÁTER VINCULANTE. ALTERAÇÃO DAS REGRAS NO MOMENTO DA APRECIACÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA. [...] 10. Quanto ao caráter vinculante dos esclarecimentos prestados, ressalta o doutrinador Marçal Justen Filho que "é prática usual, fomentada pelo próprio art. 40, inc. VIII, que a Administração forneça esclarecimentos sobre as regras editalícias. A resposta formulada administrativamente apresenta cunho vinculante para todos os envolvidos, sendo impossível invocar o princípio da vinculação ao edital para negar eficácia à resposta apresentada pela própria Administração". Acrescenta, ainda, que "a força vinculante da resposta ao pedido de esclarecimento envolve as hipóteses de interpretação do edital. Ou seja, aplica-se quando há diversas interpretações possíveis em face do ato convocatório. Se a Administração escolhe uma ou algumas dessas interpretações possíveis e exclui outras (ou todas as outras), haverá vinculação" ("Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos". 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, pp. 402/403). 11. Sobre o assunto, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "a resposta de consulta a respeito de cláusula de edital de concorrência pública é vinculante; desde que a regra assim explicitada tenha sido comunicada a todos os interessados, ela adere ao edital" (REsp 198.665/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ de 3.5.1999). [...] 13. Verifica-se, portanto, ser ilegal o ato impugnado no presente mandado de segurança - que



inabilitou o consórcio formado pelas impetrantes -, visto que não observou os esclarecimentos exaustivamente prestados pela Comissão de Licitação, que vincularam tanto os licitantes como a própria Administração. É inviável que as regras para demonstração de qualificação técnica sejam alteradas no momento da apreciação do recurso administrativo interposto. Conforme já destacado, não há previsão específica no Edital 2/2007 sobre a utilização de atestados decorrentes de obras realizadas em consórcio, de modo que devem ser obedecidos os critérios indicados nas informações prestadas pela Comissão de Licitação, que, repita-se, consignaram que os atestados relativos a obras desenvolvidas anteriormente em consórcio serão considerados em sua totalidade para cada uma das empresas consorciadas, independentemente do percentual de sua participação no consórcio, desde que não haja discriminação expressa da responsabilidade de cada uma pela execução de partes distintas da obra. [...] 15. Caso a Administração, posteriormente, concluísse pela inadequação do critério adotado para a demonstração da qualificação técnica dos participantes do certame, não haveria óbice a que procedesse à alteração das condições estabelecidas, desde que desse publicidade a tal ato, abrindo novo prazo para possibilitar aos licitantes a adaptação das propostas a serem apresentadas. O que não é possível é ignorar as regras por ela mesma impostas e que orientaram os licitantes na elaboração de suas propostas. [...] (MS 13.005/DF, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2007, DJe 17/11/2008)

Como a resposta realizada pelo pregoeiro tem caráter vinculante, caso seja modificado o entendimento agora, tem-se uma substancial alteração do Edital, capaz de alterar as propostas. Esta realidade, gera a nulidade do procedimento, com a necessária reabertura do intervalo mínimo.

c) ENTENDIMENTO DO TCU

Cabe destacar que não cabe ao órgão licitante definir ou indicar qual Convenção Coletiva deveria se enquadrar os funcionários da Recorrente. Isto porque a caracterização da atividade preponderante e definição de enquadramento sindical cabe exclusivamente as empresas, as quais diante das suas atividades são capazes de demonstrar o correto enquadramento em relação às diversas CCTs existentes.



O TCU, no Acórdão nº 189/2011 – Plenário, se pronunciou acerca deste tema, deixando claro que os órgãos públicos não podem indicar convenções coletivas:

TCU (Acórdão nº 189/2011 – Plenário)

“estabelecem que o enquadramento sindical **deve ser realizado pela própria empresa, de acordo com sua atividade econômica preponderante** (art. 511, §2º, da CLT), de modo que a **Administração não possui ingerência sobre a(s) CCT(s) que deverá(ao) ou não ser apresentada(s) pela licitante**. Nesse sentido, destaca-se trecho da recomendação exarada pelo TCU no Acórdão nº 604/2009 – Plenário: “[...] 9.2.2.1. **abstenha-se de exigir a indicação de sindicato representativo de categorias profissionais como critério de classificação de licitantes**”

Observa-se que o entendimento é claro, no sentido de que a Administração não possui ingerência sobre CCT que deverá ou não ser apresentada pela licitante.

Portanto, as diligências realizadas, para “verificar” a atividade preponderante da empresa ao menos poderiam ter ocorrido. Ademais, da forma realizada, a qual não leva em consideração o real conceito de atividade preponderante, como fugazmente demonstrado acima.

De fato, o erro do administrador em tentar definir sobre qual Convenção Coletiva a empresa está obrigada, não pode prevalecer, tanto pelos esclarecimentos realizados, como pelo entendimento do próprio TCU, o qual é expresso em impedir a atuação do administrador neste sentido.

II. DOS PEDIDOS:

Por todo o exposto, requer seja:



- a) O presente recurso administrativo **acolhido e provido**, para declarar a empresa SANTA FÉ como vencedora do certame, tendo em vista a legalidade da aplicação da CCT SINSEHT/SINTAPPI.
- b) Caso Vossa senhoria assim não entenda, pleiteia-se pelo encaminhamento a autoridade superior para parecer detalhado quanto a negativa das razões apresentadas.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 18 de fevereiro de 2021.

SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI
Representante legal